

(a) Refere-se a integralização de capital ocorrida com ativos para operação portuária da Companhia (nota 1.c). O ativo imobilizado está integralmente localizado no Brasil e está empregado exclusivamente nas operações portuárias da Companhia. A Administração entende que tal ativo imobilizado é plenamente recuperável por meio do fluxo de caixa de suas operações futuras. **11. Instrumentos financeiros** - Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía exposição para riscos resultantes de instrumentos financeiros. **Estrutura de gerenciamento de risco** - O CEO - *Chief Executive Officer* tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco e é assistido nesta função pelo Departamento de Gestão de Risco, responsável por monitorar e analisar os cenários econômico-financeiros com o objetivo de identificar os riscos ao qual a Companhia está exposta, bem como mapear possíveis impactos em variáveis financeiras ou econômicas que possam gerar impactos, tais como oscilações de taxas de câmbio, taxas de juros e/ou outros indicadores. As análises de tal departamento são ainda utilizadas como ferramenta gerencial para traçar estratégias comerciais e de proteção das operações, a fim de reduzir as exposições. Foram estabelecidas políticas de gerenciamento de riscos para identificar e analisar os riscos de exposição e definir os limites de risco aceitáveis, além de ter sido criada uma estrutura de controles apropriada para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos, sendo que tanto as políticas quanto a estrutura de controles são revisados em uma base regular. **12. Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas** - A Companhia não é parte passiva em qualquer litígio de cunho trabalhista, fiscal ou cível que tenha probabilidade de perda provável ou possível. Desta forma, a Administração entende que não é necessária a constituição de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, nem tão pouco qualquer outra divulgação. **13. Patrimônio líquido - Capital social** - Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado da Companhia está representado pelo montante de R\$ 380.035, que corresponde a 380.035.284 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e integralizado estava representado por R\$ 100,00 (cem reais), correspondentes a 100 ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.

14. Outras despesas operacionais

Depreciação e amortização

2016
(6.869)
(6.869)

15. Aspectos ambientais - A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas as regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e aos acionistas da **Terminal Fronteira Norte - Logística S.A.** Barcarena - PA
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Terminal Fronteira Norte - Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do

resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Terminal Fronteira Norte - Logística S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Parágrafo de ênfase** - Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações de prestação de serviços da Companhia é contratada com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos** - Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com

as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Carlos, SP, 24 de fevereiro de 2017. KPMG Auditores Independentes - CRC 2SP014428/O-6. Fernando Rogério Liani - Contador CRC 1SP229193/O-2. Alexandre Tadeu de Almeida - Contador CRC 1SP-184819/O-0.

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Terminal Fronteira Norte - Logística S.A., tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e suas respectivas Notas Explicativas, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem e regularidade, são de opinião que tais peças merecem a aprovação dos Senhores Acionistas. Barcarena-PA 24 de fevereiro de 2017.

Julio Garros - Presidente Dante Pozzi - Conselheiro
Waldemir Ival Loto - Conselheiro Makoto Yokoo - Conselheiro
Judiney Souza - Conselheiro Diego Vieira Vargas Fernandes - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

SERGIO PIZZATTO MAKOTO YOKOO
Diretor Diretor
DERLI TEOBALDO HALBERSTADT
Contador - CRC-PR-042073/O-6 - CPF nº. 561.425.280-00

Fim

Protocolo: 169833



Certificado Digital IOE

Adquira o seu.



É oficial. Pode confiar.

Conheça nossos serviços.

Contatos:

(91) 4009-7828
ar@ioe.pa.gov.br
Trav. do Chaco, 2271 - Marco
CEP: 66.093-542 - Belém - PA
www.ioe.pa.gov.br

